

T

Verifique se esta
LETRA é a mesma
do seu Cartão
de Respostas.

DE ACORDO COM O EDITAL, O
CANDIDATO QUE FIZER PROVA
DE LETRA DIFERENTE SERÁ
ELIMINADO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº 002/2015

CONCURSO PÚBLICO para

Advogado

CÓDIGO

S02



TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DE JOHN BOYLE O'REILLY PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

"A chave do sucesso na vida é o conhecimento do valor das coisas."

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.

● ESTE CADERNO CONTÉM 50 (CINQUENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO E DISCURSIVA.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Direito Administrativo	13	2
Direito Constitucional	13	2
Direito Civil	12	2
Direito Processual Civil	12	2

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas e/ou da Folha de Resposta da Prova Discursiva por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.
- A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais e entregar ao fiscal da sala. A Folha de Resposta da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.
- O preenchimento da Folha de Resposta da Prova Discursiva será de sua inteira responsabilidade.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 01

Requisitados de serviço, gestores de negócios públicos, delegados de função pública e concessionários de serviços públicos classificam-se como:

- A) servidores estatutários.
- B) comissionados.
- C) empregados públicos.
- D) agentes políticos.
- E) agentes honoríficos.

Questão 02

O atributo do ato administrativo que enseja a possibilidade de criar unilateralmente obrigações para os particulares, sem que haja prévia concordância destes últimos, é denominado:

- A) imperatividade.
- B) finalidade.
- C) autoexecutoriedade.
- D) presunção de legitimidade.
- E) oportunidade.

Questão 03

O recurso hierárquico próprio é um instrumento jurídico de controle da Administração Pública, exemplificando modalidade de controle:

- A) judicial.
- B) popular.
- C) legislativo.
- D) administrativo.
- E) externo.

Questão 04

A doutrina majoritária e a jurisprudência do STF consideram que, em caso de danos derivados de omissão estatal, o modelo de responsabilidade a ser aplicado para impor ao Estado o dever de reparar o dano é o modelo da responsabilidade:

- A) pelo risco proveito.
- B) subjetiva.
- C) sem causalidade.
- D) objetiva.
- E) pelo risco integral.

Questão 05

É praticado na fase externa da licitação o seguinte ato:

- A) previsão de recursos orçamentários para a futura contratação.
- B) elaboração de projeto básico para obras e serviços de engenharia.
- C) abertura de processo administrativo para verificação da necessidade da contratação.
- D) publicação de edital com estipulação das regras do certame licitatório.
- E) elaboração de orçamento detalhado acerca da futura aquisição.

Questão 06

Doutrina e legislação referentes aos contratos administrativos reconhecem a:

- A) possibilidade de formação de tais contratos pela forma oral quando tiver por objeto valores até trinta salários mínimos.
- B) dispensabilidade de publicação resumida do termo contratual na imprensa oficial como requisito de eficácia perante terceiros.
- C) viabilidade de resolução judicial de tais contratos bem como de hipóteses de rescisão unilateral, sem necessidade de autorização judicial.
- D) existência de cláusulas exorbitantes, desde que constem expressamente do teor do instrumento contratual.
- E) possibilidade de modificação objetiva até o limite máximo de dez por cento de acréscimo em caso de reforma em edifício.

Questão 07

A inexecução voluntária, total ou parcial, de contrato administrativo, enseja aplicação de sanções administrativas. Tais sanções, por regra, não poderão ser cumuláveis umas com as outras, EXCETO quando a sanção cumulada for a de:

- A) suspensão dos direitos políticos.
- B) suspensão da participação em licitação.
- C) advertência.
- D) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.
- E) multa.

Questão 08

Nas transações administrativas, os contratos só comportam a suspensão em razão de inadimplemento sem justa causa se o período de atraso em pagamentos for superior a seguinte quantidade de dias:

- A) trinta.
- B) cento e oitenta.
- C) sessenta.
- D) quarenta.
- E) noventa.

Questão 09

Tratando-se de contrato administrativo, a Administração Pública responde solidariamente com o contratado por encargos:

- A) trabalhistas.
- B) fiscais.
- C) empresariais.
- D) previdenciários.
- E) tributários.

Questão 10

A legitimidade para impugnação de edital de licitação é atribuída:

- A) aos órgãos legislativos, devendo a impugnação ser apresentada até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- B) ao Ministério Público, devendo a impugnação ser apresentada até dez dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- C) aos órgãos de controle interno, devendo a impugnação ser apresentada até quinze dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- D) ao Tribunal de Contas, devendo a impugnação ser apresentada até três dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- E) a qualquer cidadão, devendo a impugnação ser apresentada até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

Questão 11

É hipótese em que a contratação direta pela Administração Pública pode ocorrer em caráter discricionário e, portanto, não vinculado:

- A) vedação.
- B) dispensa.
- C) concorrência.
- D) licitação dispensada.
- E) inexigibilidade.

Questão 12

Integram a Administração Pública direta:

- A) autarquias e agências reguladoras.
- B) Distrito Federal e Municípios.
- C) fundações públicas e Distrito Federal.
- D) autarquias e Municípios.
- E) associações públicas e autarquias.

Questão 13

Em hipótese de improbidade administrativa, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória correlata poderá ser promovida:

- A) cassação de mandato.
- B) expropriação de bens.
- C) perda do cargo.
- D) afastamento temporário com remuneração.
- E) suspensão de direitos políticos.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 14**

A competência para processar e julgar ação na qual mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos é do:

- A) Conselho Nacional de Justiça.
- B) Órgão Especial do tribunal.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.
- E) Conselho da Magistratura.

Questão 15

O Estado brasileiro caracteriza-se como Estado composto, estruturado como federação. Entre os entes que o compõem:

- A) há pluralidade de soberanias e unidade de autonomia.
- B) há pluralidade de soberanias e descentralização política.
- C) há inexistência de soberania e pluralidade de autonomias.
- D) há pluralidade de soberanias e inexistência de autonomias.
- E) há unidade de soberania e pluralidade de autonomias.

Questão 16

Configura exemplo de ato de Chefia de Governo praticado pelo Presidente da República:

- A) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- B) nomear Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- C) declarar guerra, em caso de agressão estrangeira.
- D) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- E) celebrar tratado internacional sujeito a referendo.

Questão 17

Segundo as regras constitucionais estabelecidas para o processo legislativo das leis complementares, tal espécie de lei dependerá, para sua aprovação, do quórum de:

- A) um sexto.
- B) dois terços.
- C) maioria simples.
- D) maioria absoluta.
- E) três quintos.

Questão 18

Segundo a doutrina clássica, não geram a possibilidade dos jurisdicionados exigirem comportamento comissivo da Administração Pública as normas constitucionais:

- A) definidoras dos direitos difusos.
- B) programáticas.
- C) definidoras dos direitos sociais.
- D) de organização.
- E) definidoras de direito.

Questão 19

Os membros do Congresso Nacional, segundo a Constituição vigente, estão desprovidos da seguinte garantia em razão da função:

- A) isenção de serviço militar.
- B) prerrogativa de foro especial.
- C) imunidade tributária.
- D) imunidades parlamentares.
- E) limitação do dever de testemunhar.

Questão 20

Quanto ao processo de escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União, incumbe ao Congresso Nacional, considerado o número de ministros, a escolha de:

- A) um terço deles.
- B) metade deles.
- C) dois quintos deles.
- D) dois terços deles.
- E) um quinto deles.

Questão 21

Senadores da República são eleitos, segundo critério constitucional vigente, pelo princípio:

- A) majoritário.
- B) promocional.
- C) prioritário.
- D) residual.
- E) proporcional.

Questão 22

O Ministério Público é instituição que integra o rol das funções essenciais à Justiça. Nos Estados brasileiros, seu Procurador-Geral é nomeado pelo:

- A) Presidente da República.
- B) Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
- C) Governador do Estado.
- D) Conselho da Assembleia Legislativa.
- E) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Questão 23

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito, ainda que como suplente, para cargo de direção ou representação sindical, salvo se cometer falta grave nos termos da lei. A proibição de dispensa perdura até:

- A) o dia final de exercício do mandato.
- B) um ano posterior ao final do mandato.
- C) os seis meses posteriores à diplomação.
- D) um mês posterior ao retorno ao trabalho.
- E) os trinta dias posteriores à aprovação das contas do mandato.

Questão 24

Servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público gozam de estabilidade após:

- A) um ano da posse.
- B) um ano do provimento.
- C) três anos de efetivo exercício.
- D) dois anos de estágio probatório.
- E) dois anos da nomeação.

Questão 25

O total da despesa com o pagamento de Vereadores NÃO poderá ultrapassar, em relação à receita dos Municípios, o limite de quantos por cento?

- A) 25.
- B) 10.
- C) 15.
- D) 5.
- E) 20.

Questão 26

Compete aos municípios legislar, dentre outras matérias, sobre:

- A) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- B) assuntos do planejamento urbano local.
- C) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.
- D) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.
- E) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Questão 27

O credor de uma obrigação consentiu em receber prestação diversa da que lhe era devida. Passado contudo o tempo perdeu a posse da coisa que lhe fora entregue em pagamento em razão de evicção. Nessa hipótese:

- A) restabelece-se a obrigação primitiva para o devedor e eventual fiador.
- B) constitui-se nova obrigação abatendo-se eventuais créditos do devedor.
- C) retira-se a eficácia da quitação dada, sem ressalvas para o devedor e terceiros.
- D) restabelece-se a obrigação primitiva para o devedor mas não para o fiador.
- E) mantém-se os efeitos da quitação dada, aplicando-se as regras da evicção.

Questão 28

Quanto à responsabilidade dos incapazes – considerando a existência de seus representantes e assistentes legais e a responsabilidade destes últimos por ato do incapaz representado – vigora no Código Civil brasileiro como regra geral a:

- A) isenção plena de responsabilidade dos incapazes.
- B) responsabilidade direta dos incapazes pelos atos praticados.
- C) responsabilidade solidária dos incapazes com seus representantes pelos atos praticados.
- D) responsabilidade subsidiária dos incapazes pelos atos praticados.
- E) responsabilidade por culpa presumida dos representantes legais.

Questão 29

A renúncia à solidariedade em favor de um dos devedores:

- A) estende-se automaticamente aos demais codevedores em razão do equilíbrio negocial.
- B) difere da remissão, sendo possível a inclusão do exonerado no rateio de cota de eventual codevedor insolvente.
- C) é vedada por configurar agravamento não consentido da posição dos demais codevedores.
- D) equivale para o exonerado, em todos os seus efeitos, à remissão da dívida existente.
- E) exonera do rateio de cota de eventual codevedor insolvente aquele que tenha sido exonerado.

Questão 30

A Lei nº 8.245/1991 prevê, em seu artigo 4º, a possibilidade de que o locatário de imóvel urbano promova a extinção do contrato de locação, sem suportar penalidades civis e por meio de notificação escrita, quando venha a ser transferido para prestar serviços em outra localidade por seu empregador público ou privado.

Considerando a referida previsão legal como um exemplo, a extinção do contrato, na hipótese, configura:

- A) distrato.
- B) rescisão unilateral.
- C) rescisão convencional.
- D) resolução por inadimplemento voluntário.
- E) exceção de contrato não cumprido.

Questão 31

O possuidor de má-fé:

- A) não tem direito à indenização por benfeitoria necessária que tenha realizado na coisa.
- B) responde pela perda da coisa, em qualquer circunstância, ainda que a perda se dê por motivo acidental.
- C) não tem direito, por regra geral, à indenização de novas construções que faça em imóvel alheio.
- D) não tem direito à indenização por despesas de produção e custeio de frutos pendentes.
- E) não poderá usucapir o bem sobre o qual recai a sua posse em razão do vício subjetivo existente.

Questão 32

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- B) os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.
- C) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- E) as pessoas naturais que possuam 16 anos incompletos.

Questão 33

Pode-se afirmar corretamente que a prescrição:

- A) inadmite renúncia expressa ou tácita.
- B) extingue o direito de ação.
- C) não se interrompe ou suspende.
- D) atinge a pretensão e a exceção.
- E) pode ter prazo alterado pela vontade das partes.

Questão 34

A venda de ascendente a descendente sem consentimento do cônjuge - quando exigido - e dos outros descendentes é:

- A) nula e o vício, como tal, é imprescritível.
- B) inexistente por ausência de seus pressupostos.
- C) anulável e o vício, como tal, é sanável.
- D) anulável e o vício, como tal, é imprescritível.
- E) nula mas admite conversão substancial.

Questão 35

Configura vício subjetivo da posse a:

- A) violência.
- B) turbação.
- C) clandestinidade.
- D) precariedade.
- E) má-fé.

Questão 36

Considerados em relação ao capital que lhes dá origem, os juros são bens acessórios pertencentes à categoria dos:

- A) frutos.
- B) pertenças.
- C) acessões.
- D) produtos.
- E) benfeitorias.

Questão 37

Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a:

- A) citação.
- B) formação de coisa julgada.
- C) sentença.
- D) prática do ato.
- E) interpelação judicial.

Questão 38

Segundo a doutrina majoritária, a responsabilidade dos pais pelos atos ilícitos dos filhos voluntariamente emancipados que ainda não completaram a idade de dezoito anos é:

- A) solidária.
- B) inexistente.
- C) subjetiva.
- D) exclusiva.
- E) subsidiária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 39**

Entre os princípios gerais que regem a jurisdição, está o da:

- A) delegabilidade.
- B) pluralidade.
- C) inevitabilidade.
- D) autonomia privada.
- E) parcialidade.

Questão 40

Sobre a substituição das partes, segundo o Código de Processo civil:

- A) o adquirente de coisa litigiosa poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, sem que o consinta a parte contrária.
- B) ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição do morto pelo inventariante.
- C) a sentença, proferida entre as partes originárias, não estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.
- D) só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.
- E) a alienação da coisa litigiosa, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.

Questão 41

O ato do juiz, de natureza decisória, que ponha fim à execução ou à fase cognitiva do procedimento comum denomina-se:

- A) despacho.
- B) ato ordinatório.
- C) deliberação.
- D) sentença.
- E) decisão interlocutória.

Questão 42

A incompetência relativa deve ser arguida em:

- A) exceção.
- B) reconvenção.
- C) impugnação.
- D) contestação.
- E) apelação.

Questão 43

NÃO haverá necessidade de citação de ambos os cônjuges para a ação:

- A) resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
- B) fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- C) que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- D) que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.
- E) que tenha por objeto indenização decorrente de ato ilícito praticado por um dos cônjuges.

Questão 44

É admissível que o advogado postule em juízo sem o devido instrumento de procuração na hipótese de prática de ato urgente. Nesse caso, contudo, deverá exibir a procuração, no prazo prorrogável por igual período de:

- A) sete dias.
- B) quinze dias.
- C) dez dias.
- D) vinte dias.
- E) cinco dias.

Questão 45

Há impedimento para o juiz se:

- A) receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- B) for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- C) for credor ou devedor de qualquer das partes, seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- D) for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- E) for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.

Questão 46

Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar preliminares. Das hipóteses a seguir, a alegação que não se configura como preliminar é aquela em que a parte pretenda suscitar:

- A) inexistência de relação contratual.
- B) inépcia da petição inicial.
- C) inexistência ou nulidade da citação.
- D) incorreção do valor da causa.
- E) incompetência absoluta e relativa.

Questão 47

Com intuito de organizar a prática dos atos e o curso do processo, estabelece o Código de Processo Civil que as pautas de audiência devem guardar o intervalo mínimo entre cada uma delas de:

- A) vinte minutos.
- B) quinze minutos.
- C) uma hora.
- D) trinta minutos.
- E) quarenta minutos.

Questão 48

Haverá necessidade de duplo grau de jurisdição por remessa obrigatória na hipótese em que a sentença estiver fundada em:

- A) acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- B) súmula de tribunal superior.
- C) entendimento firmado em incidente de assunção de competência.
- D) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.
- E) entendimento não consolidado firmado no âmbito administrativo.

Questão 49

Quando para a liquidação da sentença houver necessidade de alegar e provar fato novo proceder-se-á a liquidação por:

- A) arbitramento.
- B) artigos.
- C) perícia.
- D) cálculos.
- E) procedimento comum.

Questão 50

Tratando-se do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, esta será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, nos próprios autos, impugnar a execução no prazo de quantos dias?

- A) quinze
- B) dez
- C) trinta
- D) sessenta
- E) quarenta

Questão 01

Um município hipotético contratou a locação de imóvel urbano para ali estabelecer a prestação de serviço público ligado à educação. Após o transcurso de período contratual de trinta meses, o contrato foi renovado. Agora, ao término do segundo período contratual também de trinta meses, o ente público deseja renová-lo novamente. A intenção, entretanto, vem sendo objeto de questionamento por grupo de cidadãos, ao argumento de que os contratos administrativos além de ter duração adstrita aos respectivos créditos orçamentários devem ainda obedecer ao limite máximo de sessenta meses estabelecido pela redação alterada atual do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

[Lei nº 8.666/1993

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

...

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;”
(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)]

Temendo que a renovação do contrato pela segunda vez possa ser fundamento para propositura posterior de ação judicial, fundada no argumento da ilegalidade da contratação por desrespeito à limitação temporal, prevista no art. 57, II da Lei nº 8.666/1993, preventivamente o agente público dirigente do órgão municipal encaminha consulta acerca da licitude ou não da continuidade do contrato mencionado por período superior a sessenta meses.

Conhecendo o desejo e a necessidade da Administração Pública de dar continuidade à locação, elabore parecer esclarecendo se, juridicamente, é permitida ou não a renovação contratual em contrato de locação de imóveis urbanos pelo ente público citado por prazo superior a sessenta meses.

RASCUNHO